

PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO SEGURO (BAHIA-BRASIL)

Mirella Costa Barbosa¹
Francisco Fransualdo de Azevedo²
Henrique Rodrigues de Araújo³
Jean Carlos Estanislau Ferreira⁴

Resumo: O artigo realizou uma breve reflexão sobre um modelo de gestão inclusiva e participativa. Essa abordagem tem como pretensão assegurar que os recursos sejam alocados de forma apropriada e que as necessidades locais sejam consideradas e atendidas adequadamente. Por meio de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa, o estudo buscou analisar a percepção dos participantes da pesquisa quanto ao Planejamento Territorial Participativo (PTP), voltado para o Centro Histórico de Porto Seguro – Bahia. Os resultados demonstram que a comunidade local reconhece a importância desse modelo de gestão, embora observem uma falta de transparência e inclusão no município em questão. Eles ressaltam a necessidade da participação ativa da comunidade para garantir um planejamento eficaz.

Palavras-chave: Planejamento Territorial Participativo; Turismo; Centro Histórico; Porto Seguro.

INTRODUÇÃO

Um centro histórico é uma área de imenso valor, tanto do ponto de vista histórico quanto do paisagístico, arquitetônico e cultural. São reconhecidos como espaços de preservação da história, memória, identidade e cultura local. Essas áreas abrigam os edifícios pioneiros que testemunham as transformações urbanas das localidades em que estão situados.

Essas áreas podem ter diferentes formas de uso. Social, comunitário, histórico, cultural e de lazer. Neste artigo, será abordado o uso corporativo e coletivo do Centro Histórico de Porto Seguro, município localizado no extremo sul da Bahia, na Costa do Descobrimento. Considerado um importante atrativo turístico, o local é visitado durante o

¹Turismóloga e mestranda em Turismo. mirellacosta062@gmail.com. Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Professor adjunto do Departamento de Geografia da UFRN. Docente permanente do Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (PPGe-UFRN) e do Programa de Pós-graduação em Turismo (PPGTUR-UFRN). E-mail: ffazevedo@gmail.com.

³Turismólogo e mestrando em Turismo. contatohenrirodrigues@gmail.com Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

⁴ Turismólogo e mestrando em Turismo. jcestanislau18@gmail.com. Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

ano inteiro por turistas de diversas localidades do Brasil e do mundo, bem como por parte da comunidade local.

O artigo se propôs a analisar a percepção dos participantes da pesquisa quanto ao Planejamento Territorial Participativo (PTP). Espera-se que este estudo contribua para uma melhor compreensão das percepções, desafios e oportunidades associadas ao PTP, fornecendo informações que podem orientar futuras iniciativas de planejamento e desenvolvimento territorial. Ao entender as visões e expectativas dos participantes, é possível identificar áreas de melhoria e potenciais ajustes no processo de planejamento participativo, visando aprimorar sua eficácia e promover uma maior inclusão e engajamento da comunidade local.

Neste contexto, o estudo se configura como qualitativo, de natureza exploratória e descritiva, uma vez que buscou obter uma compreensão mais aprofundada do tema, fatos e fenômenos relacionados a ele, bem como a descrição das características e dos padrões observados Creswell (2007) e Gil (2002). Quanto ao referencial teórico, baseou-se nos conceitos de território e território usado à luz de Haesbaert (2004), Santos (2002; 2007; 2012) e Souza (2003). E do Planejamento Territorial Participativo (PTP) com base nos autores Vitte (2015), Barreto (2020) e Gumiero (2021). O uso do território faz dele uma categoria de análise social (Santos, 2005). O território não se configura apenas em um espaço físico, mas também uma construção social que reflete as relações humanas com o ambiente em que vive.

O uso corporativo envolve a integração de empresas e comércios dentro do espaço. Em alguns casos, edifícios históricos são adaptados para abrigar lojas, restaurantes e hotéis. Quanto ao uso coletivo, refere-se à promoção de atividades culturais, educacionais e de lazer para a comunidade local. Coletivamente, um Centro Histórico pode contribuir para a coesão social, o senso de identidade e o sentimento de pertencimento. Autores como Alves e Macedo (2022), Simões (2020) e Silva e Queiroz (2020) discutem sobre o uso corporativo e coletivo do território, bem como sobre a importância da participação social nesses espaços.

Os dados obtidos podem orientar futuras iniciativas de planejamento e desenvolvimento territorial, contribuindo para a promoção de processos mais inclusivos, transparentes e eficazes, bem como para futuras pesquisas acadêmicas na área de estudo.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) Código de Financiamento 001.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO E SEU CENTRO HISTÓRICO

Porto Seguro é um município do Nordeste situado no extremo sul do estado da Bahia, que integra a zona turística da Costa do Descobrimento e é classificado na categoria A no Mapa do Turismo brasileiro (MTUR, 2019).

O município fica a 711,4 km de Salvador, capital do estado e sua população é de 168.326 habitantes, sendo sua área territorial de 2.285,734 km² e densidade demográfica de 52,70 hab/km², de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). A população está distribuída entre a sede do município e mais quatro distritos: Arraial D'Ajuda, Caraíva, Trancoso e Vale Verde. E possui os povoados de Vera Cruz e Pindorama.

A história de Porto Seguro remonta ao período da colonização do Brasil pelos portugueses em 1500, liderado pela expedição de Pedro Álvares Cabral. Apesar disso, o processo de colonização e ocupação efetiva do município e a catequização dos indígenas Tupiniquins começaram tempos depois, em 1503, quando, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2017), dois Frades Franciscanos deram início a construção da primeira igreja do Brasil, a igreja de São Francisco de Assis do Outeiro da Glória, situada em um ponto alto próximo à Cidade Histórica, separado pelo Rio da Vila, dedicada a São Francisco de Assis. Atualmente, o local onde as ruínas da igreja se encontra é chamado de “Outeiro da Glória”.

Durante o período colonial, o município ganhou importância estratégica sendo considerada de fato um “porto seguro” para as embarcações que intensificavam o processo de exploração das novas terras (des) conhecidas. Também durante o período colonial, Porto Seguro foi uma das principais cidades do Brasil, sendo um grande centro administrativo e comercial.

Segundo Aguiar (2003), a chegada dos portugueses pela primeira vez a região do extremo sul baiano se tornou um símbolo importante de reconhecimento do município, o qual foi utilizado pela crescente infraestrutura turística instalada logo após a abertura da BR-101, em 1973. Diante de tamanha relevância simbólica, a região passou a receber um número gradativo de turistas interessados pelas belezas naturais, pelas praias paradisíacas e, sobretudo, instigados a conhecer o local onde desembarcou Cabral e sua esquadra. Ainda de acordo com a autora:

As práticas de consagração desse município como "lugar de origem da nação brasileira" em momentos como seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1968, sua elevação a monumento nacional, em 1973, por decreto presidencial e as comemorações dos 500 anos do Descobrimento em 2000, projetaram Porto Seguro nacionalmente (AGUIAR, 2003, p. 3).

Devido a consagração efetiva de Porto Seguro como “terra mãe do Brasil”, o local caminhava a passos largos para o seu desenvolvimento. Ao final da década de 80, as agências de Turismo do Brasil passaram a oferecer e a comercializar pacotes turísticos para o município, transformando-o, à época, em um grande polo turístico da região Nordeste.

As belezas naturais e sua herança histórico-cultural também transformaram o município em um destino turístico popular e consolidado que atrai visitantes de várias localidades. A diversidade do patrimônio histórico-cultural do local é influenciada pela miscigenação de diferentes povos ao longo dos séculos, destaca-se a forte presença indígena, africana e europeia.

Um dos patrimônios de destaque de Porto Seguro é o seu Centro Histórico. Os centros históricos marcam as transformações urbanas das localidades. São espaços que preservam e promovem a história, a cultura e o patrimônio de determinada cidade ou região e são, também, onde foram construídos os primeiros edifícios que representam o desenvolvimento social, cultural e histórico em que estão inseridos (IPHAN, 2014; GODINHO, 2017; DOS SANTOS; BALSAN 2021).

O Centro Histórico de Porto Seguro está situado na parte alta do município, como ele é dividido. A parte baixa se dá às margens do rio Buranhém, onde foram construídas casas, armazéns e um estaleiro utilizado para construção e conserto de embarcações no período das Capitanias (ALMEIDA, 1994).

A Cidade Histórica ou Cidade alta, como também é conhecida, é um importante atrativo turístico visitado o ano inteiro por turistas de diversas localidades do Brasil e do mundo. É considerada um museu a céu aberto que registra as primeiras marcas da colonização portuguesa e está localizada na parte alta do município, localização estratégica que permitiu que as tropas portuguesas pudessem se defender de possíveis ataques piratas ou de outros potenciais colonizadores.

Conforme aponta Arantes (2000), no local está o Marco do Descobrimento, implantado por Gonçalo Coelho no século XVI. O Marco simboliza a posse da coroa

portuguesa sobre as novas terras outrora conquistadas. Hoje o local possui residentes permanentes e alguns estrangeiros que também alugam suas residências, deixando-as sob os cuidados de caseiros da região.

O Centro Histórico abriga edificações antigas, sendo parte delas do século XVII e XVIII, que foram erguidas sobre as ruínas das antigas edificações do século XVI. No local é possível visitar a Igreja Nossa Senhora da Pena, a Igreja da Misericórdia, a Igreja de São Benedito e as ruínas do antigo Colégio Jesuíta, a Casa de Câmara e Cadeia e o Museu de Arte Sacra. Para além do patrimônio histórico material, o lugar possui lojas de artesanato, roupas, acessórios, restaurantes, lanchonetes, bares e vendedores ambulantes com diversos produtos, que vão desde a cocada de coco ao tradicional acarajé.

As atividades turísticas movimentam o comércio do Centro Histórico com a ida de turistas que, em sua maioria, vão por meio de agências de viagens e grupos. Em dias específicos, em especial quando parte dos turistas têm visitas agendadas com as agências, há apresentação de capoeira que promove a interação dos turistas com a cultura local.

TERRITÓRIO À LUZ DO CENTRO HISTÓRICO: espaço corporativo e coletivo

O território é amplamente explorado e debatido em várias áreas de estudo, incluindo geografia, sociologia e antropologia, cada uma delas oferecendo interpretações distintas sobre o seu significado. O território tornou-se comumente definido como uma área administrada pelo Estado, o qual exerce sua soberania sobre ele. No entanto, o conceito evoluiu e se transformou, refletindo as mudanças nas relações de poder e nas percepções culturais. A concepção mais clássica de território no âmbito geográfico está agrupada em vertentes básicas definidas entre autores como Haesbaert (2004; 2012), Santos (2002; 2007; 2012) e Souza *et al.*, (2003), essas vertentes incluem os aspectos políticos, culturais, sociais e naturais do território.

Diferentes abordagens teóricas foram desenvolvidas para compreender o conceito de território e suas múltiplas facetas. Segundo Haesbaert (2004), a abordagem geopolítica enfatiza as relações de poder entre Estados e a importância estratégica dos territórios na política internacional. A geografia política destaca a influência dos fatores espaciais na organização política e nas dinâmicas de poder.

Enquanto a abordagem sociológica analisa as práticas sociais e as interações dos atores dentro de um território, explorando questões de identidade, pertencimento e

exclusão. Além disso, abordagens mais contemporâneas, como a teoria dos lugares e a teoria dos espaços fluidos, questionam a noção tradicional de território como algo fixo e estático, propondo uma visão mais dinâmica e relacional.

Para Brunet (2001 *apud* GIRARDI, 2014, p.16), “(...) um povo alienado de seu espaço não tem território”. Percebe-se que para o autor o território é formado a partir do espaço. O que torna o espaço uma referência de estudo do território, tendo em vista que este se forma a partir do espaço geográfico.

As abordagens acerca do território são amplas e evidenciam a interdisciplinaridade de seu conceito e de seu uso. Nesse sentido, o autor Milton Santos versa que:

O território são formas, mas os territórios usados são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta a serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (SANTOS, 2012, p. 138).

O autor destaca, portanto, a distinção entre as formas físicas do território e o seu uso prático por meio de objetos e ações. Ainda segundo a concepção do autor, o território é o espaço e o abrigo de todos e são as ações humanas que conferem a fluidez real do território. Ou seja, embora o território possa ser definido geograficamente como uma área delimitada, é a interação e as atividades dos seres humanos nesse espaço que dão vida e movimento a ele.

A respeito do uso do território, Souza (2003) e Galindo e Fransualdo (2020) destacam que o território consiste também em um espaço usado pela sociedade, instituições e pelas empresas, evidenciando as diferentes maneiras de uso de um mesmo espaço de acordo com as necessidades, interesses e práticas de quem o habita. Nesse contexto, Santos (2000) assevera que:

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (...). O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso. (SANTOS, 2000, p. 3-12).

Assim, nota-se que território é um conceito fundamental para a compreensão das relações sociais e espaciais. Segundo Santos *et al.*, (2001) sobre o território:

É tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritoriais. (SANTOS *et al.*, 2001, n.p).

O território consiste, portanto, em um espaço onde todos os sujeitos são envolvidos e integrados no sentido de uso e apropriação, e imprime nele a sua identidade, suas características e a sua organização. Quanto aos diferentes usos do território, estes podem ser por diversas finalidades, dentre eles, uso residencial, coletivo, corporativo, comunitário, popular, político e econômico. De modo que este artigo irá abordar o uso corporativo e coletivo do território no Centro Histórico de Porto Seguro – Bahia.

O uso corporativo do território se refere ao envolvimento e a integração de empresas e comércios dentro de determinado espaço. Para Alves e Macedo:

O uso corporativo é entendido como o uso que grandes empresas nacionais e internacionais fazem do território, se aproveitando de vantagens locacionais criadas para atraí-las, o que provoca alterações territoriais, sociais e econômicas nos lugares que as recebem. (ALVES; MACEDO, 2022, p. 3)

Quando os empreendimentos se instalam em determinadas regiões, isso pode resultar em alterações territoriais, sociais e econômicas significativas nos lugares em que estão inseridos. Essas alterações em decorrência do uso do território podem ser positivas ou negativas, tanto para o lugar quanto para as pessoas do entorno.

O uso do território brasileiro passou por várias transformações ao longo do século XX, com ações significativas tanto do Estado quanto de outros atores. Desde transformações no campo da industrialização, urbanização até a construção de infraestrutura com o objetivo de modernizar o território (SANTOS; SILVEIRA, 2004). Cabe ressaltar que essas transformações tiveram impactos socioeconômicos, ambientais e demográficos significativos, moldando a configuração do país atualmente.

Em Porto Seguro, especificamente, um dos investimentos visando a expansão territorial ocorreu de imediato para a construção da BR-101 e BR-367, iniciada na década de 50 e asfaltada no início da década de 70, a construção facilitou o acesso e contribuiu para impulsionar a economia da região através da silvicultura, a agricultura, a pecuária e o turismo (BAHIA, 2002). A partir da década de 90, com o apoio e os investimentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), a Costa do Descobrimento destacou-se como um importante centro econômico regional, baseado principalmente no turismo e na indústria de celulose.

O Centro Histórico do município foi um dos locais que os empresários viram a oportunidade de instalarem negócios, alguns influenciados devido à localização estratégica do lugar, uma vez que a localização pode oferecer uma base sólida de clientes potenciais,

incluindo uma parcela significativa de turistas que passam pelo local todos os dias, acompanhados pelas agências de viagens, guias ou até mesmo sozinhos.

No entanto, o Centro Histórico possui diversas formas de uso, para além do corporativo, outra forma é o uso coletivo. Segundo Simões (2020), o que caracteriza o uso coletivo de determinado espaço é a participação e a inserção dos moradores locais nos espaços.

Coletivamente, o uso de um Centro Histórico pode envolver uma variedade de atividades. Para além de espaço de encontro e convivência da comunidade, pode ser utilizado para a promoção de eventos comunitários e educacionais, apresentações de música, dança e manifestações culturais de modo geral.

Silva e Queiroz (2020) asseveram que a presença efetiva da comunidade local nos espaços pode contribuir para a coesão social, o senso de identidade e o sentimento de pertencimento. No entanto, essa inserção e participação demanda um processo que nem sempre é fácil e efetivo.

Alguns fatores podem influenciar e dificultar a presença da comunidade no Centro Histórico de Porto Seguro, seja devido à dificuldade de acessar ao espaço, pela falta de acesso à informação, pela carência de canais de diálogo entre os moradores e os órgãos responsáveis pela gestão e preservação do patrimônio histórico. Muitas vezes, as decisões relacionadas ao Centro Histórico são tomadas sem a devida consulta e participação da comunidade local, o que pode levar a um sentimento de exclusão e falta de envolvimento.

Além disso, a complexidade das questões envolvidas na preservação e revitalização do Centro Histórico, como questões legais, técnicas e financeiras, pode dificultar a compreensão e a participação ativa da comunidade. A falta de capacitação e informação adequada sobre o patrimônio histórico e os processos de planejamento urbano também podem ser obstáculos à participação da comunidade. É nesse contexto que o modelo de Planejamento Territorial Participativo se torna fundamental.

TRAÇANDO CAMINHOS: o poder do planejamento territorial participativo (PTP)

O Planejamento Territorial segundo Vitte (2015) é a gestão de diversos recursos. É uma abordagem fundamental para o desenvolvimento e organização de determinado território. Tem como objetivo diagnosticar e propor soluções, definir metas e diretrizes que promovam o uso eficaz e sustentável, levando em consideração aspectos sociais,

ecônomos e ambientais. Para além disso, orienta o crescimento e a transformação territorial, de modo a promover o bem-estar social.

Na atual conjuntura, se faz necessário estabelecer uma nova relação entre o Estado e a Sociedade. É preciso, por exemplo, incluir as demandas da população no processo do planejamento, bem como dispor de canais e espaços direcionados para as representatividades sociais possam discutir e apresentar suas demandas e sugestões frente ao órgãos e gestores responsáveis. Para além disso, é importante que as representações tenham ao menos a comprovação de que suas demandas e solicitações foram acolhidas e incorporadas às ações das políticas públicas.

Desse modo se dá a ideia do Planejamento Territorial Participativo. Esse novo modelo de atuação nas formas de se fazer política pública favorece a ampliação e promove a participação social com o intuito de contribuir para melhoria de vida da comunidade local no território. Conforme Barreto (2020), a Constituição Federal de 1988 foi o passo inicial para que houvesse a participação social durante aquele período, fato que reflete nos dias atuais. O contexto do país naquele período também corroborou para que a sociedade pudesse promover debates descentralizadores, demonstrando a soberania popular devido a democracia participativa.

A democracia é um dos pilares do Planejamento Territorial Participativo (PTP). É válido destacar que as experiências de Planejamento Territorial Participativo da União Europeia trouxeram influências significativas para o Brasil. Assim, de 2003 a 2016 as discussões e preocupações sobre o Território se tornou pauta na agenda de Políticas Públicas no país (GUMIERO *et al.*, 2021).

A União Europeia possui uma longa tradição de PTP, estimulando a participação ativa dos cidadãos, organizações não governamentais, setor privado e outros interessados na definição de políticas e projetos territoriais. Essa abordagem visa garantir uma governança mais democrática, transparente e responsável, além de promover a coesão territorial e o desenvolvimento sustentável.

No campo das políticas públicas, durante a sua trajetória de atuação a União Europeia apresentou programas de PTP, dentre eles as Agendas Territoriais de 2020 e 2030, aprovada em 2020 e que estabelece como prioridades para o território: o reconhecimento da diversidade, com apoio para conservação dos recursos patrimoniais; o compromisso com as regiões funcionais como eixos articuladores do trabalho cooperativo e em rede e cooperação com países para enfrentar desafios comuns. Diante dessas

prioridades, destaca-se a predileção pela participação de atores locais e sociais (FARINÓS, 2021).

Assim, o Planejamento Territorial Participativo (PTP) se apresenta como uma ideia e uma abordagem que busca envolver e engajar a comunidade local de forma ativa e inclusiva nas tomadas de decisões relacionadas ao desenvolvimento e uso do território. Com base nas assertivas de Rodrigues e Da Silva (2015) e Pellegrino e Mazzuco (2021), o PTP permite que os moradores contribuam com suas necessidades, desejos e conhecimentos, levando em consideração a diversidade de perspectivas e interesses presentes na comunidade.

O objetivo do PTP consiste em definir quais são as melhores formas de uso de um determinado território e de como usá-lo. Para tanto, é necessário avaliar os processos para a efetivação de uma política de desenvolvimento territorial que dialogue com as diretrizes de participação social acerca das etapas de formulação de agendas de políticas públicas, descentralização administrativa e projetos para a dinâmica produtiva conforme as especificidades territoriais de determinada região (GUMIERO, 2020).

Nota-se que a finalidade central do PTP é ser um instrumento importante de interação entre o Estado e a sociedade. Seja por meio de plenárias, assembleias, reuniões, consultas públicas, etc. Sua importância também reside no fato de que ele promove a construção de um senso de pertencimento e identidade na comunidade, tornando-a corresponsável pelas decisões e ações que afetam seu próprio território. Ao envolver a comunidade desde as fases iniciais de planejamento, é possível garantir que elas sejam ouvidas, que suas preocupações sejam consideradas e as soluções encontradas sejam mais contextualizadas e sustentáveis.

Conforme Rodrigues (2021), o Planejamento Territorial Participativo também contribui para o fortalecimento da democracia local ao promover a transparência, a responsabilidade e a inclusão social. Ele cria espaços de diálogo e colaboração entre diferentes atores, como moradores, organizações locais, poder público e setor privado, buscando consensos e soluções que atendam às necessidades e interesses coletivos quanto as formas de uso do território. Porém, ainda existem desafios e dificuldades que implicam na inserção da comunidade nas etapas de elaboração e discussão do PTP que promovem a falta de inclusão e participação da comunidade.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado para a construção do artigo foi o exploratório descritivo, uma vez que buscou obter uma compreensão mais aprofundada do tema, fatos e fenômenos relacionados a ele, bem como a descrição das características e dos padrões observados. Para a construção do estudo foi realizado um levantamento bibliográfico em livros, artigos, dissertações.

De acordo com Creswell (2007) e Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo principal a familiarização e a exploração inicial de um problema de pesquisa ou fenômeno pouco conhecido. Nesse sentido, o objetivo do estudo consiste em analisar a percepção dos participantes da pesquisa quanto ao Planejamento Territorial Participativo (PTP) à luz da metodologia qualitativa em ciências sociais.

O estudo foi conduzido de forma on-line através de aplicação de questionário semiestruturado do *google forms* a fim de atender aos objetivos da pesquisa. Os dados da foram coletados entre os meses de junho e julho de 2023, do dia 05/06 ao dia 10/07. Ao todo foram coletadas 70 respostas. Levou-se em consideração pessoas da comunidade local que frequentam o centro histórico e possuem alguma relação, direta ou indireta. Seja por motivos de trabalho, motivação educacional ou cultural.

Após a organização e a ordenação dos dados, a transcrição possibilitou, posteriormente, a análise de conteúdo, que consistiu nas seguintes etapas: a pré-análise, análise do material, o tratamento dos resultados e a inferência e a interpretação (Bardin, 2016). Não serão revelados os nomes ou dados dos participantes, prezando pelo anonimato, tendo em vista que o estudo buscou apenas traçar um panorama geral acerca das percepções frente ao planejamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percepção dos participantes da pesquisa quanto ao Planejamento Territorial Participativo

Os entrevistados residem majoritariamente em Porto Seguro e costumam visitar o centro histórico por motivos de: trabalho, visitas técnicas e pedagógicas, para apreciar a vista ou participar de festejos realizados no local. Foi realizada uma breve contextualização do que é e qual é o objetivo do Planejamento Territorial Participativo aos respondentes da

pesquisa. Percebeu-se que em linhas gerais, o conjunto dos entrevistados compreendia o conceito e entendiam a sua importância, entretanto, quanto ao Planejamento Territorial do município, especialmente no que diz respeito ao Centro Histórico, a maioria relatou nunca ter participado de reunião ou consulta pública sobre o assunto. Eles caracterizam o processo como pouco inclusivo e transparente.

Uma parcela que alegou ter participado de reuniões ou consultas a respeito, relataram a falta de transparência quanto aos resultados e o acolhimento de suas demandas após a participação. Quanto à participação efetiva e transparente da comunidade, todos os envolvidos entendem que é fundamental para o desenvolvimento local e inclusão da comunidade. Diante disso, com base nas premissas do PTP, foi solicitado que os entrevistados dessem sugestão para melhorar o processo de planejamento das ações e atividades no Centro Histórico, assim como sugestões que possam fomentar a aproximação da comunidade local e um comentário geral sobre.

Parte das respostas se complementavam, apresentando visões parecidas a respeito das ações. Segundo uma parcela dos respondentes, deveria existir uma participação mais efetiva frente ao planejamento, de modo que possam ser diretamente inseridos no contexto de ações para proteção e desenvolvimento do patrimônio. A utilização do espaço pelas escolas e universidades também foi um ponto abordado, sugerindo ações socioeducativas para a manutenção e preservação do local, desde aspectos históricos aos monumentais.

Também cobraram políticas públicas voltadas às práticas culturais e gastronômicas, visto que há a possibilidade de se explorar no espaço. E afirmam ser necessário a criação de oficinas e atividades que aproveitem o potencial histórico, arquitetônico e paisagístico da cidade histórica para que a população local possa se aproximar ainda mais e sinta pertencente a este espaço.

Percebeu-se que os participantes compreendem a importância do centro histórico do ponto de vista coletivo, corporativo, econômico, cultural e histórico. Sobretudo para o turismo, principal fonte de renda de economia do local. E para que o local se desenvolva de maneira mais eficaz, existem aspectos estruturais que precisam de revitalização na sinalização turística e em alguns equipamentos. Dado o exposto, identificou-se que os participantes têm vontade e sobretudo compreendem a necessidade de participar ativamente do planejamento das ações envolvendo o centro histórico.

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E/OU TEÓRICAS

Do ponto de vista teórico, os dados obtidos podem ser utilizados pelas instituições públicas do município, por pesquisadores, moradores locais, e demais interessados na temática como fonte de informações e estudo. Assim como de forma prática, que também pode corroborar para a elaboração de projetos e ações na área ou em situações correlatas.

A pesquisa pode colaborar para a inclusão da comunidade no planejamento, melhorando o desenvolvimento local e potencializando a aproximação e valorização do centro histórico. E contribui para o campo das pesquisas em turismo e assuntos correlatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados desta pesquisa, pode-se concluir que os entrevistados reconhecem a importância do planejamento territorial participativo, destacando que, no município, esse modelo de gestão ainda carece de transparência e inclusão. No entanto, eles enfatizam que a participação ativa da comunidade é fundamental para o planejamento eficaz.

Além disso, acreditam que ao incluir a comunidade e considerar suas demandas, é possível promover a autonomia dos residentes, garantir a transparência, utilizar os recursos de forma sustentável e promover a eficiência nas ações e investimentos territoriais. Essa abordagem assegura que os recursos sejam direcionados de maneira apropriada e que as necessidades da comunidade sejam ouvidas e atendidas de forma adequada. Os gestores locais, seja do setor público ou privado, devem levar em consideração a inclusão e participação da comunidade nas questões que envolvem o planejamento, de modo a levar em consideração uma abordagem que leva em consideração o Planejamento Territorial Participativo (PTP)

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. B. Os sítios urbanos como atração turística: o caso de Porto Seguro. **Caderno Virtual de Turismo**, 3(1), 10-17, 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115417954002>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

ALMEIDA, F. R. **Descubra Porto Seguro: Terra Mater do Brasil**. Itabuna: Ed. Agora. 1994

ALVES, R. M.; MACEDO, I. S. O uso corporativo do território: abordagem no início do século XXI. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfenas. v. 2, n.3, p. 3-24, 2022. ISSN: 2764-1422. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/243949.2.3-1>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

ARANTES, A. A. **Museu Aberto do Descobrimento**: referências Culturais (projeto piloto). Campinas. 2000.

BAHIA. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável da do turismo sustentável da Costa do Descobrimento**. 2002. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/arquivos/File/PDITSDescobrimento.pdf>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**, Tradução Luiz Antero Reto. 70 ed. São Paulo: 2016.

BARRETO, W. R. L. **Análise do processo de Participação Social do Plano Plurianual Participativo 2016-2019 do Estado do Rio Grande do Norte**. 102f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Departamento de Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/35279>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** / John W. Creswell ; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

DOS SANTOS M, A., & BALSAN, R. Geografia e patrimônio: aspectos dialógicos no processo de tombamento do centro histórico de Porto Nacional/TO. **Revista Interface** (Porto Nacional), 22(22), 48-59, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/13705>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

DA SILVA, O. R., & RODRIGUES, J. F. Planejamento participativo no estado do Pará: análise a partir da percepção dos sujeitos sociais. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, 1(1), 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/10020>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

FARINÓS, J. Agenda Territorial Europea 2030: un marco político orientado a la acción para el objetivo de la cohesión territorial. **Ciudad y Territorio**. Estudios territoriales. v. 53, n. 208, p. 583-594, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.37230/CyTET.2021.208.17.2>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

GALINDO, L. da S.; AZEVEDO, F. F. de. Uso corporativo do território e a nova divisão territorial do trabalho da indústria do vestuário no Rio Grande do Norte. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 27–46, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ag.v14i1.60143>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

GUMIERO, R. O planejamento territorial participativo (PTP) e o PAC em disputa para o desenvolvimento da região de integração do Carajás – Pará. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, vol. 25, núm. 2, Esp., pp. 2693-2712, 2020 Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15199>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4 ed. - São Paulo: Atlas. 2002.

GIRARDI, E. P. Subsídios do conceito de espaço geográfico em Milton Santos e em Roger Brunet para uma interpretação sobre a indissociabilidade entre espaço geográfico e território. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, 17(01), 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geografia/article/view/1349>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

GODINHO, E. D. S. P. A invenção do Centro Histórico de Belém/PA: aspectos institucionais. **Anais ENANPUR**, 17(1), 2017. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2295>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre. 2004. Disponível em: www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf . Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Porto Seguro**. 2022.. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/porto-seguro/panorama>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **História – Porto Seguro (BA)**. 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1402>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Porto Seguro (BA). IPHAN. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/117>. 2014.

MAZZUCO, M. C., & PELLEGRINO, P. R. M. Reflexões sobre o planejamento territorial e a dimensão rural. **Revista Arq. Urb**, (32), 61-68, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi32.549>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa do Turismo Brasileiro 2019**. MTUR. 2019. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO_Mapas.pdf. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

RODRIGUES, V. D. C. **As regiões de integração como estratégia de planejamento territorial no estado do Pará**: descentralização da gestão pública ou esfacelamento da atuação estatal? (Dissertação de Mestrado) - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Anramo. 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10469/17879>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

SANTOS, M. et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona**, Nº 270, Barcelona: 2001.

Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-270.htm>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

SANTOS, M.; & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6 ed. Rio de Janeiro. Record: 2004

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed., 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.

SIMÕES, M. R. In: **Baixada Fluminense: estudos contemporâneos e (re)descobertas histórico geográficas**./ Organizado por André Santos da Rocha - Duque de Caxias:315p, 2020. Disponível em: http://amigosinstitutohistoricodc.com.br/Baixada_Fluminense_2020_FINAL.pdf#page=149. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

SILVA, J.; & QUEIROZ, P. Território usado, patrimônio-territorial e urbanização do Distrito Federal, Brasil: caso da Candangolândia. **PatryTer**, vol. 3, núm. 6, pp. 251-265. Universidade de Brasília, Brasil. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.32290>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

VITTE, C. O. Planejamento territorial e a dimensão espacial do desenvolvimento: algumas das experiências recentes no Brasil, 06/2015. **Revista Política e Planejamento Regional**, 1-18, 2015. Disponível em: <https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/artigo-o-planejamento-territorial-e-a-dimensao-espacial-do-desenvolvimento-algumas-das-experiencias-recentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.